



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
Casa Napoleão Laureano

Gabinete do Vereador Zezinho Botafogo

REQUERIMENTO

Protocolo do Requerimento

_____/_____
Setor de Expediente

AUTOR: Vereador ZEZINHO BOTAFOGO

Senhor Presidente,
Senhores (as) Vereadores (as),

Requeiro as Vossas Excelências, cumpridas as formalidades regimentais desta Casa Legislativa, após a manifestação do Plenário, no sentido de ser encaminhado à Secretaria Municipal de Infraestrutura, solicitação para que sejam realizadas as devidas adequações das calçadas existentes ao longo da Avenida Cruz das Armas, nesta capital, promovendo a acessibilidade em obediência as normas existentes.

Justificativa

A Lei Federal Nº 13.146/2015 que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), incluiu um parágrafo ao artigo 41º do Estatuto das Cidades, que dispõe sobre a obrigatoriedade do Plano Diretor:

§ 3º As cidades (...) devem elaborar plano de rotas acessíveis, compatível com o plano diretor no qual está inserido, que disponha sobre os passeios públicos a serem implantados ou reformados pelo poder público, com vistas a garantir acessibilidade da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida a todas as rotas e vias existentes, inclusive as que concentrem os focos geradores de maior circulação de pedestres, como os órgãos públicos e os locais de prestação de serviços públicos e privados de saúde, educação, assistência social, esporte, cultura, correios e telégrafos, bancos, entre outros, sempre que possível de maneira integrada com os sistemas de transporte coletivo de passageiros.

O Plano Diretor da Cidade está em processo de revisão, logo deverá ser elaborado o Plano de Rotas acessíveis. Hoje na cidade a calçada é de responsabilidade do proprietário do imóvel, no entanto, a garantia da acessibilidade nas esquinas é de responsabilidade da prefeitura e sua adequação às normas da ABNT deve ser liderada pela mesma.

Por esta razão, diversas cidades estão sofrendo Ação Civil Pública por parte do Ministério Público, cobrando a elaboração de projeto de reforma de calçadas e sua implementação. Entendemos que o momento é o ideal para agir sobre a questão da acessibilidade, evitando a provocação do judiciário, uma vez que pessoas caem todos os dias nos bairros da cidade, por conta da falta de acessibilidade.

Plenário Senador Humberto Lucena, em 17 de abril de 2023.


ZEZINHO BOTAFOGO
Vereador